

# FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

José Geovânio Buenos Aires Martins<sup>1</sup>

Joana Paulin Romanowski é uma pedagoga, professora universitária do Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Educação e Humanidades da Universidade Federal do Paraná – UFPR e Vice-coordenadora do Comitê de Ética do Centro Universitário Internacional – UNINTER. Joana Romanowski também é Doutora em Educação, Didática e Formação de Professores pela Universidade de São Paulo – USP (2002), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (1985) e Especialista em Alfabetização pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (1992), além disso, é uma importante pesquisadora nas seguintes linhas: Teoria e Prática de Ensino, Formação de Professores, Teoria e Prática Pedagógica na Formação de Professores e Pesquisa – Desenvolvimento de Projeto de Investigação.

*Formação e profissionalização docente* é um livro da Professora Dra. Joana Romanowski com 196 páginas e antecedido por uma apresentação da autora, que faz um compêndio dos quatro capítulos presentes na obra.

Nessa seção, chamada *Apresentação*, destaca-se o papel da escola enquanto agente de desenvolvimento e promoção do conhecimento e nela questiona-se a responsabilidade pelo desenvolvimento e profissionalização docente no Brasil — sem isentar o professor da responsabilidade no processo de ensino-aprendizagem. O texto aponta órgãos responsáveis pela formação docente atualmente, além de citar os estudos de Comenius e Nóvoa.

No primeiro capítulo, *Profissão de professor*, a identidade do professor é examinada. O professor – profissional que leciona com base em um currículo — atua de forma distinta dos que educam. Educar é diferente de ensinar, uma vez que, outros profissionais ou leigos podem exercer a função de educadores (padres, pastores, freiras, pai, mãe, etc.). Educar, dessa maneira, não exige uma formação mínima, enquanto que o exercício da docência precisa atender os parâmetros do Ministério da Educação e Cultura – MEC.

A importância de vários movimentos que surgiram na década de 80 também são citados, como: “melhoria da formação”, “condições de trabalho” e “avanço salarial”

---

<sup>1</sup> Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Piauí-UFPI (2010); Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Evangélica Cristo Rei-FECR (2015); Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira pelo o Centro Universitário Internacional UNINTER (2016); Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico – Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar pelo o Centro Universitário Internacional UNINTER (2016). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de Professores, Multiculturalismo Religioso, Ensino Religioso, Ensino de Língua Estrangeira e Literatura Brasileira. Atualmente é professor convidado do Grupo Impactus (Cursos, Palestras e Treinamentos). E-mail: geovaniouninter@gmail.com.

(ROMANOWSKI, 2007, p. 15). Essa luta — coordenada pela classe de professores na década de 80 e ratificada no momento atual — é necessária, dado que o professor continua tendo sua identidade construída como alimento de uma vocação; contudo, essa identidade precisa ser constantemente reafirmada.

Dados sobre o aperfeiçoamento de professores no Brasil são expostos nessa mesma seção: “[...] precisa de investimento, pois mais de um milhão de professores da educação básica – mais de um terço do total – ainda não possui o nível superior de formação” (ROMANOWSKI, 2007, p. 24). Apesar da Lei 9394/96, ainda é grande o número de professores sem ao menos o nível médio. A despeito disso, salienta-se que é preciso investimento no aperfeiçoamento de professores, pois não se pode esperar um desenvolvimento adequado daqueles que não possuem o grau de instrução mínimo exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

A necessidade de uma boa formação inicial e continuada (especialização, mestrado e doutorado) é reforçada no capítulo, que também discorre sobre o surgimento das primeiras universidades no mundo; o capítulo também ressalta o momento da implantação da primeira Universidade no Brasil e da implantação da Escola Normal — entre outros fatos de menor relevância. Com isso, o capítulo 1 é encerrado, sinalizando que a formação de professores no Brasil deve obedecer ao previsto na Lei 9394/96, pois, somente assim, teremos bons resultados no ensino básico e superior.

No segundo capítulo, intitulado *Formação inicial do professor: cursos e determinações legais*, a autora descreve as mudanças ocorridas no processo de instrução inicial e continuada de professores, com destaque para a educação docente a distância.

A princípio, os estudos de Tanuri foram consultados para esboçar o percurso histórico do Magistério no Brasil e os de Brzezinski e Silva para falar sobre o curso de pedagogia; cita-se, além dos supracitados autores, as pesquisas de Vianney, Torres e Silva sobre formação a distância. A finalidade inicial do segundo capítulo é chamar a atenção para o período de expansão das Escolas Normais no Brasil.

Depois de criada, a primeira Escola Normal foi instituída em várias províncias. Em Minas Gerais, foi criada em 1835; Bahia, em 1936; São Paulo, em 1846; Pernambuco e Piauí, em 1864; em Alagoas, em 1864; São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869; no Pará e em Sergipe, em 1870; no Amazonas, em 1872; no Espírito Santo e no Rio Grande do Norte, em 1873; no Maranhão e Mato Grosso, em 1874; no Paraná, em 1876; em Santa Catarina e no Ceará, em 1880; em Goiás, em 1882 e na Paraíba, em 1884 (ROMANOWSKI, 2007, p. 69-70).

Mesmo com a expansão das Escolas Normais, o ensino não deixou de ser “prescritivo” e “rudimentar”, visto que não houve nesse período uma seleção séria dos professores formadores (ROMANOWSKI, 2007, p. 70).

O surgimento e expansão da formação de professores na modalidade Escola Normal, encontrou várias resistências, como exclusiva para o sexo masculino, a falta de planejamento, etc. Em vista disso, somente no século XX, a Escola Normal passa de um caráter “rudimentar” para o social, pois com o surgimento da indústria, o Brasil precisava de mão de obra preparada.

Na fundamentação do capítulo *Formação inicial do professor: cursos e determinações legais*, o texto esclarece que os cursos de licenciaturas foram criados para o preparo de professores de disciplinas específicas; pontua-se, também, que o desenvolvimento profissional de professores em nível de 3º Grau passou por uma desestruturação até o ano de 1980 – sendo as licenciaturas curtas as responsáveis por esse fenômeno.

A autora explana que: “alguns pesquisadores consideram a década de 1990 como a ‘década da formação docente’” (ROMANOWSKI, 2007, p. 81). Especialmente, porque é nesse mesmo período que surgem os primeiros cursos de EAD no Brasil.

Como prova da relevância da educação a distância, a obra destaca que em 1995 foi criada uma Secretaria Especial para o atendimento da Educação a Distância no Brasil.

Já o capítulo três, sob o título *Formação continuada*, demonstra que, mesmo sem caráter obrigatório, o professor precisa se preparar cada vez mais para os desafios diários da profissão, sob pena do insucesso; além de oferecer novos resultados para o exercício docente, a atualização contínua é condição para a melhoria salarial.

O quarto e último capítulo da obra, intitulado *As pesquisas sobre formação de professores*, é o de menor abrangência teórica, visto que o número de pesquisas realizadas no Brasil ainda é baixíssimo — mesmo com o aumento a partir da década de 1990.

Nesse capítulo, algumas tabelas comprovam esse aumento. A tabela *Distribuição das teses e dissertações sobre formação de professores em relação ao total de trabalhos acadêmicos, no período 1990/1998*, é um exemplo, pois de 1990 a 1998 houve um aumento de 6,96% do total de pesquisas sobre a instrução dos professores para 9,77%. Contudo, a autora destaca que: “a educação a distância na formação continuada é o tema menos explorado por pesquisadores brasileiros” (ROMANOWSKI, 2007, p. 171).

Mesmo com o desinteresse pelo desenvolvimento docente até a década de 1990 — época em que o Brasil era essencialmente agrário —, o aperfeiçoamento profissional dos

professores teve uma melhora significativa no século XX, com destaque para a educação a distância.

O livro de Joana Paulin Romanowski *Formação e profissionalização docente* é recomendado para alunos dos cursos de licenciaturas, professores em formação continuada, professores do ensino básico e superior, que estão no exercício de suas atividades docentes e interessados no tema. Em suma, chama-nos a atenção a contemporaneidade do livro e a facilidade de compreensão dos dados – inclusive ao leitor não especializado. O livro apresenta olhares diversos sobre a formação de professores no Estado brasileiro, pois esta nem sempre consegue ser efetiva.

### **Referências**

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3. ed. Curitiba: Ibpx, 2007.